

ENTREVISTA

INTELECTUAIS E DITADURA: A COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (COPPE) NO GOVERNO GEISEL

*Entrevista a Marcelo Squinca da Silva**

Para este número, trazemos uma entrevista que nos dá oportunidade de refletir sobre a relação entre especialistas da área de energia elétrica e o programa energético em curso no último período ditatorial brasileiro, cujos principais projetos foram desenvolvidos ou, pelo menos, debatidos pela Coordenação da Coppe. O Prof. Dr. João Lizardo Rodrigues Hermes de Araújo é Diretor Geral do Centro de Pesquisas em Energia Elétrica (Cepel) do Grupo Eletrobrás, onde atua desde fevereiro 2004 e a Prof^a Dr^a Hildete Pereira de Melo é Professora Associada da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) desde 1973.

Em 1977, João Lizardo de Araújo, juntamente com Luis Pinguelli Rosa e Adilson de Oliveira, fundaram o Programa de Planejamento Energético da Coppe (PPE/Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde então, há 31 anos, Lizardo trabalha sobre temas relacionados com energia, inicialmente sobre a ótica de otimização e modelagem matemática e depois agregando a esses aspectos a economia. Nos últimos quinze anos, tem se dedicado ao estudo das questões regulatórias.

Lizardo publicou diversos trabalhos sobre modelagem e a questão energética, ganhou o Prêmio Haralambos Simeonides da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Economia (Anpec) em 1995. Orientou várias teses, dissertações e monografias ao longo de sua vida acadêmica. Foi diretor de associações profissionais de engenharia e fundador de associações de analistas de processamento de dados.

Hildete Pereira de Melo, na segunda metade dos anos 1970, fez a primeira dissertação de Mestrado na área de energia no recém-criado Programa de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ, intitulada *O setor de energia elétrica e a evolução recente do capitalismo no Brasil*, sob orientação de Adilson de Oliveira e publicada pela Coppe. Continuou trabalhando na área de energia com a equipe do PPE/Coppe numa pesquisa sobre o desenvolvimento energético do estado do Rio de Janeiro. Escreveu, em conjunto

com Adilson de Oliveira, artigos sobre o tema e publicou em conjunto com este e com João Lizardo de Araújo o artigo “O sonho nacional: petróleo e eletricidade (1954-94)” no livro organizado por Ângela de Castro Gomes, intitulado *Vargas e a crise dos anos 50*, editado pela Relume Dumará e a FGV/RJ em 1994. Em 2005/06 trabalhou com Adilson de Oliveira numa pesquisa para o Banco Mundial sobre desenvolvimento energético e pobreza em uma favela do Rio de Janeiro.

Entrevista

A partir de 1974, com o intuito de realizar a grande tarefa de elevar o suprimento de infra-estrutura de que o país necessitava, o governo contou com a colaboração destacada da Coppe, expressão da forma como articulou a prestação de serviços técnicos especializados. Na avaliação do general Ernesto Geisel, essa era uma das tarefas para as quais a burguesia brasileira sempre se manifestara “tímida” ou “egoísta” e, por isso, a necessidade dos militares assumirem a condução do poder. Revela-se assim, a necessidade colocada pelo capital internacional de renovação do parque tecnológico nas mesmas bases da dependência e subordinação, que conferem ao desenvolvimento brasileiro, conforme Chasin,¹ as características de um capitalismo hipertardio, cuja burguesia, por sua debilidade estrutural, necessita que os militares assumam a condução das renovações – através de um Estado autocrático – para que estas ocorram pelo alto.

A Coppe teve papel fundamental na implantação das diretrizes do II PND voltadas para o setor de energia nas suas diversas modalidades, porém, sem ter se tornado uma instituição aderente ao governo, não se eximindo de elaborar críticas e por vezes desenvolver uma política aparentemente independente em relação a diversos projetos voltados para o setor de energia encampados pelo governo do presidente Geisel. Fato demonstrado tanto pelos seus projetos que viabilizaram a política de desenvolvimento para o setor de energia quanto pelas críticas que teceu a tal modelo e sobre os problemas que já se aventavam na época e a que interesses atendia. Sua relação com o governo Geisel, poderíamos considerar assim, era de amor e ódio.

Como declarou Luiz Pinguelli Rosa, professor da Coppe, a Petrobrás, a partir de 1975, tornou-se o mais destacado parceiro da Coppe. Tal contrato para o desenvolvimento de projetos foi o primeiro encomendado pelo governo junto à Coppe, através da Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (Coppetec). Em 1977, a instituição fluminense deu início a um projeto de cooperação técnica que é considerado uma baliza histórica da interação entre a Coppe e a estatal de petróleo brasileira. Tratava-se do desenvolvimento de um sistema computacional para projeto e análise de equilíbrio estrutural de plataformas para exploração de petróleo no mar, o chamado petróleo *offshore*.

Fundada em 1963, a Coppe cumpriu uma função que extrapola a de outros cursos similares de pós-graduação, pois, desde o início de suas atividades, a instituição fluminense manifestou a confiança de que era imperativo tomar parte diretamente no processo de desenvolvimento do país. Tal objetivo impulsionou engendrar um arcabouço voltado à gestão de estudos e planos tecnológicos, com a finalidade de se instituir num canal peculiar de interação com o setor produtivo, fosse ele público ou privado. Após mais de 40 anos de história, é inegavelmente um dos mais destacados centro de pesquisas tecnológicas do país.²

Transcorrida uma década de sua fundação, o Brasil vivenciava o que foi denominado pela ditadura em vigor, “milagre brasileiro” (1968-73), caracterizado por altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que chegaram a atingir, no ano de 1973, 14%.

Mas, já a partir de 1973, era possível perceber as contigüidades da recessão que se instalaria na economia capitalista acompanhando a crise de um ciclo do capitalismo mundial que o historiador Eric Hobsbawm chamou de “Era do Ouro”, numa referência ao período que se estendeu entre 1950-73.³ As taxas internacionais de juros se elevaram, as exportações brasileiras se tornaram mais difíceis, além do que os credores internacionais passaram a cobrar nossas dívidas. A classe média não possuía mais condições de continuar a se lançar ao consumo de bens duráveis, bens esses a que os trabalhadores das classes inferiores da sociedade não tinham acesso. Destarte, as indústrias encontravam-se em dificuldades para comercializar sua produção. O “milagre” que havia sido capitaneado pelo ministro da fazenda – Delfim Netto – durante os governos Costa e Silva e Médici estava desmoronando como um castelo de cartas.

A “crise do petróleo”, a partir de 1973, exacerbou as debilidades estruturais da economia brasileira. A alta dos preços desse produto deixou claro apenas que um crescimento baseado na exportação de manufaturas e certos gêneros agrícolas tendo em contrapartida a importação de bens de capital (máquinas), insumos industriais (petróleo, produtos siderúrgicos, etc...) e no financiamento externo não era capaz de manter o ritmo de crescimento da economia.

Diante do quadro de recessão capitalista em meados da década de 1970 o general Ernesto Geisel assumiu a presidência da república. Seu governo – 1974-1979 – tentou manter as altas taxas de crescimento econômico verificadas no governo Médici através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), embora a recessão capitalista mundial já se avizinhasse. Contando com a participação destacada do seu ministro do planejamento, João Paulo dos Reis Velloso na elaboração, o II PND foi divulgado oficialmente em

setembro de 1974. O Plano expressava a opção geiseana pelo crescimento da economia induzido pelo Estado contra a possibilidade de recessão.

Os maiores esforços do plano estavam centrados na expansão das indústrias de bens de produção. Tais esforços eram inegavelmente uma tentativa de afrontar a crise latente, naquele momento já manifestada na economia mundial através da substituição das importações. Destarte, a prioridade industrial deixava de ser a produção de bens de consumo duráveis para se deslocar para a produção de bens básicos (siderurgia, máquinas, equipamentos pesados, aço, cobre e petróleo), bem como o aparato infra-estrutural (energia elétrica, comunicações, ferrovias, navegação e portos).

Intencionando ajustar o funcionamento da economia brasileira ao impacto da crise do petróleo – a conta do petróleo para o Brasil saltou de 700 milhões de dólares em 1973 para 2,8 bilhões de dólares em 1974 Coppe e ao novo grau atingido pela indústria durante o “milagre brasileiro”, o II PND dava atenção especial à redução da dependência brasileira das fontes externas de energia. Daí o destaque para as realizações no setor energético como a prospecção de petróleo.

Nossa entrevista espera resgatar parte críticas que aquela instituição produziu relativamente aos projetos para o setor energético Coppe que ajudou a implantar⁴ Coppe e qual o teor que a política energética adquire nesse período da ditadura. Nesse sentido, apreender os interesses sociais expressos na consolidação de decisões políticas que consolidaram o modelo de desenvolvimento energético adotado no país e que vige até os dias atuais.

Entrevista realizada com Lisardo R. Hermes de Araújo e Hildete de Araújo em 19/05/2006, via correio eletrônico

Marcelo Squinca da Silva: Gostaria também de saber se vocês podem me identificar personagens que pesquisaram e produziram projetos na Coppe como vocês, de preferência nos anos 70 e início dos 80?

Hildete de Araújo: Outros pesquisadores na área de Energia: Adilson de Oliveira, Pingueli, tinha toda a turma de Energia Nuclear, Zieli e Cia. Meu marido João Lizardo deve lembrar de outros nomes. O programa de Energia tinha, além de Economia, também Nuclear. Faça uma lista das teses da Área de Planejamento Energético (este acabou sendo o nome da área).

MSS: Vocês se lembram se as intervenções dos membros da Coppe na imprensa acerca dos projetos dos governos Médici e principalmente Geisel ocorriam com frequência? Se ocorriam, em que veículos principalmente?

Lisardo R. Hermes de Araújo: No governo Médici havia pouca intervenção ao que me lembro. Era um tempo de boca fechada. Eu participei da criação do semanário *Opinião*, no qual fiz alguma resenha de livros (lembro-me de um livro do Otávio Velho sobre reforma agrária, creio) e escrevia a coluna de xadrez (a maior parte do tempo, traduzia a coluna do Leonard Barden; mas ocasionalmente escrevia matérias). Tirando essas atividades “extra-curriculares”, as intervenções davam-se em assuntos técnicos. Veículos preferidos eram congressos científicos (a SBPC e SBF cresceram muito nesta época, com discussões sobre uma gama grande de assuntos), conferências e mesas-redondas específicas de entidades como o Clube de Engenharia, Academia Brasileira de Ciências e a APPD (criada em 1977, tendo como uma de suas atribuições a proposta de uma política de informática, sendo outro impacto da informática sobre direitos civis, além de aspectos profissionais/sindicais). A grande imprensa era usada principalmente para divulgar atividades. Creio que à época tínhamos mais acesso ao *JB* que ao *Globo*, por questão de contatos pessoais.

MSS: O Prof^o Coimbra [Alberto Luis Coimbra – fundador da Coppe] fazia intervenções na imprensa?

LRHA: Que me lembre, apenas para defender a instituição Coppe e dar-lhe visibilidade como centro gerador de conhecimento. Sua posição era especialmente delicada, já que lutou ao máximo para dar liberdade acadêmica na Coppe (ao contrário de outros lugares, a Coppe fez tudo o que pôde para evitar prisões de seus alunos e docentes) num contexto muito negativo, e ao final do governo Médici ele foi alijado do cargo; ficou muito magoado pelo modo como se deu, e até por algumas matérias de má-fé que saíram na imprensa. Apoiou os esforços dos docentes para revitalizar a Coppe, porém apenas em reuniões particulares. Ele já tinha problemas de vista e tendeu a retrair-se por uma questão de temperamento, creio eu.

MSS: Além do Prof. Pinguelli [Luis Pinguelli Rosa – pesquisador e diretor da Coppe durante algumas gestões], você se lembra de outros nomes que se manifestaram sobre os projetos para o setor de energia? Poderiam me dizer esses nomes?

LRHA: Houve outros nomes, principalmente após 1975. O Programa do Alcool e o Nuclear, logo após a crise energética, criaram um ambiente propício. Além do Pinguelli, penso no Zieli, Adilson [de Oliveira] (após 1977), eu próprio após essa época, além de amigos extra-Coppe. As intervenções sobre energia ganharam foco após a criação da Área Interdisciplinar de Energia, em 1977, com Adilson, Pinguelli, Zieli, Maculan (bre-

vemente) e eu mesmo. O primeiro ato de significativa repercussão foi o primeiro encontro de Itaipava, em 1979, onde construímos três cenários energéticos com a participação de técnicos de todo o setor e de pesquisadores da Fundação Bariloche. Esses cenários foram publicados como monografia pela Coppe.

MSS: Prof Lizardo, estou escrevendo um texto sobre a atuação de João Paulo R. Velloso a frente do Planejamento e li o livro dele Último trem para Paris. A certa altura do livro, ele afirma que a comunidade científica a princípio reagiu bem ao programa nuclear brasileiro. Literalmente, ele diz o seguinte, na página 323 “A comunidade científica, em sua maioria, teve atitude, se não de apoio, pelo menos de espírito de cooperação”.⁵ Pergunto: 1º Era isso mesmo? 2º Era maioria mesmo?

LRHA: Não posso responder pela “maioria da comunidade científica”. Mas creio que ela ficou dividida. Havia um componente de projeto de desenvolvimento tecnológico que sempre ressoa positivamente entre os pesquisadores; ademais, ainda estávamos no ciclo – iniciado na década de 30 – de um consenso em torno do desenvolvimento econômico e tecnológico liderado pelo Estado: um projeto nacional, que governos dos mais diversos matizes seguiam de um modo ou de outro. Por outro lado, boa parte da comunidade científica tinha repulsa ao lado truculento e sanguinário do regime. O projeto nuclear, sob um regime militar, despertava medos e desconfiança, ainda mais sendo parte de um “Brasil grande potência”. Olhando para trás (com a qualificação devida a qualquer exercício de memória), minha avaliação é que havia divisão, e mesmo os favoráveis tinham dúvidas e ressalvas ao contexto em que se promovia esse programa, bem como à sua dimensão inicial, considerada megalomaníaca por muitos, e com opções que pareciam equivocadas (como a do jato centrífugo, felizmente descartada posteriormente). Seria interessante você pesquisar as contribuições da época em foros como as reuniões nacionais da SBPC e seminários do Clube de Engenharia (no Rio) e seu homólogo em São Paulo (Sociedade de Engenharia?) a partir de 1975.

MSS: 3º Qual foi sua posição e de seus colegas mais próximos? 4º A posição do Pinguelli é conhecida, mas e o restante da Coppe, como pensava isso?

LRHA: A Coppe ficou dividida, também. De um lado, criou-se um Programa de Engenharia Nuclear (PEN) que cresceu rapidamente e gerava expectativas de empregos e trabalhos interessantes. De outro, havia dúvidas, como já mencionei acima. Minha posição e de colegas próximos era crítica; mais ainda, tínhamos acesso a técnicos do setor elétrico que nos narravam os bastidores do “Plano 90”, usado como principal justificativa do Programa Nuclear e que partia da hipótese de esgotamento do potencial hidrelétrico durante os anos 80. Mesmo no PEN, havia divisão; Pinguelli fazia parte dele, assim como Zieli. Mas não se pense que a posição do Pinguelli era contra o nuclear: sua posição era

bem mais sofisticada. Criticava o segredo e excessiva centralização, a insuficiente (a seu ver) preocupação com a segurança, a tentação militarista para desenvolver bombas. Desde a SBPC de 1975 havia um grupo de discussão, que culminou com a criação da Área Interdisciplinar de Energia em 1977, como esforço conjunto de três Programas da Coppe: Nuclear, Produção e Sistemas (o qual eu coordenava à época, e cuja coordenação deixei para integrar-me à AIE).

Notas

* Doutorando Programa de Estudos de História PUC/SP. E-mail: profschi@terra.com.br

¹ Sobre o tema, ver um texto fundamental: J. CHASIN. “A via colonial de entificação do capitalismo”. In: *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*.

² Hoje abriga em seus quadros aproximadamente 300 professores, todos doutores em regime de dedicação exclusiva, mais 170 técnicos de nível superior e um corpo discente de 3.000 alunos de mestrado e doutorado. A produção científica da Coppe alcançou, em 2002, quase 1400 artigos em congressos e revistas nacionais e internacionais, 477 teses de mestrado e doutorado defendidas, além da formação de 230 profissionais em seus vários cursos de especialização lato-sensu.

³ Eric HOBBSAWM. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Para o fim da “Era do ouro”, pp. 394-395 e, para a crise do petróleo, p. 258.

⁴ Embora a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e Instituto Tecnológico da Aeronáutica também estivessem envolvidos com a produção de tecnologia para o país, foi a Coppe que, de fato, teve papel fundamental na viabilização de projetos na área de energia propostos pelo governo Geisel.

⁵ REIS VELLOSO, João Paulo dos. *O Último trem para Paris*, p. 323.